

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31300011879
Companhia Aberta

Com objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto, a Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A, com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904 (“Companhia” ou “FCA”), apresenta aos Srs. acionistas a presente proposta (“Proposta”), contendo as informações exigidas pela Lei nº 6.404/76 (“Lei das S/A”), e pela Resolução nº 81 de 29 de março de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários (“Resolução nº 81 da CVM”), relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Companhia a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 12hrs (horário de Brasília), na sede da Companhia, nos termos do Edital de Convocação (“Anexo I”) publicado nos termos da Lei das S/A, que deliberará sobre os matérias discriminadas e detalhadas nesta Proposta. A Administração recomenda a aprovação de todas as matérias constantes desta Proposta a serem deliberadas, permanecendo à inteira disposição para atender quaisquer dúvidas adicionais.

I - Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária

1. Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
2. Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
3. Eleição e reeleição dos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração, bem como indicação de seu Presidente; e
4. Posse dos membros do Conselho de Administração indicado pelos empregados da Companhia, nos termos do artigo 14 parágrafo 2º de se Estatuto Social.

II- Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Fixação da remuneração anual global da Administração da Companhia para o exercício social de 2023.

II - Quórum

As aprovações das matérias supramencionadas exigirão o voto afirmativo da maioria do capital social votante da Companhia presentes à AGOE.

III - Documentos e Informações

Os documentos relativos à matéria a ser deliberada na AGOE, correspondente ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente foram publicados na edição digital (às folhas 01 a 03) e impressa (1 às folhas 12 e 13) do jornal “Diário do Comércio”, em 28 de março de 2023, e estão disponíveis no site da Companhia, no endereço

eletrônico: <https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados/>. Os demais comprovantes de atendimento dos requisitos para a investidura nos cargos do Conselho de Administração da Companhia, bem como todos os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto dos acionistas foram enviados previamente e estão disponíveis para quaisquer consultas adicionais, sendo arquivados pela Companhia.

IV - Participação por Procurador

Informamos que o acionista deve comparecer à AGOE munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei das S/A, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, ou ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, é necessário realizar o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE, para comprovação da legitimidade da representação.

V - Voto à Distância

Conforme faculdade prevista na Resolução nº 81 da CVM, a Ferrovia Centro Atlântica S.A, disponibilizará para a AGOE ora convocada a possibilidade de participação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância (“Boletim de Voto”).

Para participar da AGOE por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar no Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Resolução CVM 81; ou, ainda, (ii) a Companhia, diretamente.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Resolução nº 81 da CVM, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se ele prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Resolução nº 81 da CVM, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir: (i) O Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado à Gerência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Rua Tapuias, 49, Floresta, 7º andar, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@vli-logistica.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da AGOE ora convocada; (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos

termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados acima.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 81 da CVM.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral nos termos do art. 27 da Resolução nº 81 da CVM. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia. Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

VI - Conflito de Interesses

Durante a realização da AGOE, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia, os acionistas presentes deverão se manifestar quando da existência de eventual fato que configure conflito de interesses ou comprometimento de independência quando da apreciação ou deliberação das matérias constantes na Ordem do dia objeto dessa AGOE, devendo abster-se da votação em relação à respectiva matéria, sob pena de possível anulação ou não cômputo dos votos pelo Presidente da mesa.

Assim, conforme pauta retro apresentada, a Companhia elaborou um breve detalhamento dos temas a serem deliberados na AGOE, visando consolidar orientações e esclarecimentos dos assuntos. A Administração recomenda a aprovação das matérias constantes nesta Proposta e permanece à inteira disposição para atender quaisquer esclarecimentos adicionais ou informações complementares.

VII - Esclarecimentos Adicionais

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à esta Proposta deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@vli-logistica.com.br. Em consonância com a Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, os documentos de interesse para a participação na AGOE encontram-se disponíveis no website da Companhia (<https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados/>) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Apresentaremos, a seguir, a proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da Ordem do Dia da AGOE.

São Paulo/SP, 28 de março de 2023

Rute Melo Araujo
Presidente Interina do Conselho de Administração

SUMÁRIO

Proposta da Administração relacionada à AGO	05
ANEXO I - Edital de Convocação.....	10
ANEXO II Comentários dos Diretores (Item 02 do Formulário de Referência).....	12
ANEXO III Itens 7.2 a 7.8 do Formulário de Referência.....	35
ANEXO IV – Remuneração dos Administradores (Item 8 do Formulário de Referência).....	45

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELACIONADA À
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA**

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31300011879
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia vem apresentar a proposta acerca dos temas a serem submetidos à apreciação na AGOE, quais sejam:

1) Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram devidamente apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual recomendou à Assembleia Geral Ordinária sua aprovação, nos termos apresentados na reunião realizada em 23 de março de 2023.

Os documentos mencionados acima foram disponibilizados aos acionistas em atendimento ao artigo 133 da Lei das S/A, e foram publicados na edição digital (às folhas 01 a 03) e impressa (1 às folhas 12 e 13) do jornal “Diário do Comércio”, em 28 de março de 2023, dispensando a publicação do aviso previsto no caput do dispositivo supra, em conformidade com o parágrafo 4º.

Estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e da CVM, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- a) Cópia das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022;
- b) Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário De Referência, que também constam do ANEXO II ao presente documento;
- c) Relatório dos Auditores Independentes;
- d) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- e) O Boletim de Voto a Distância.

2) Proposta para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

De acordo com o art. 10º, § único da Resolução nº 81 da CVM a Companhia apresenta proposta da Administração de destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022, conforme demonstrado abaixo:

Resultado Líquido (R\$ Milhares)	2022 (2.541.656)	2021 (416.478)	2020 (Reapresentado) (204.663)
a. Regras sobre retenção de lucros			<p>Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:</p> <p>(a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e</p> <p>(b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social.</p> <p>Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos			<p>Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos			Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.
d. Restrições à distribuição de dividendos			Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Política de destinação de resultados			A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br/

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

3) Eleição e reeleição dos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração, bem como indicação de seu Presidente:

Considerando a orientação da Administração de promover alternância e adoção de critérios técnicos de atuação para ocupação das posições do Conselho de da Companhia, visando o saudável desenvolvimento do negócio, propõe-se a eleição e reeleição dos membros e seus respectivos suplentes discriminados abaixo, com mandato unificado de 02 (dois) anos, prorrogáveis até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2025.

Considerando que o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho de Administração será composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) membros suplentes, a Administração propõe:

- a) Fábio Tadeu Marchiori Gama**, brasileiro, engenheiro químico, casado, portador do documento de identidade nº 15549110, emitido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.106.628-75, com endereço profissional na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050 para o cargo de Membro Efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia;
- b) Rute Melo Araujo**, brasileira, divorciada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 26.731.406, emitido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 192.181.808-51, com endereço profissional na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050, para cargo de Membro Suplente do Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama no Conselho de Administração da Companhia.
- c) Nicolas Rodolfo Leon Szwako**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 2057610, emitido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.150.429-88, com endereço profissional na Rua Sapucaí, nº 383, Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30150-050 para o cargo de Membro Efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia;
- d) Breno Dutra Moreira**, brasileiro, engenheiro, casado, portador do documento de identidade nº 14891926, emitido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.481.106-21, com endereço profissional na Rua Sapucaí, nº 383, Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30150-050 para o cargo de Membro Suplente do Sr. Nicolas Rodolfo Leon Szwako no Conselho de Administração da Companhia;
- e) Joyce Andrews da Costa**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade nº 23.248.745-5, emitido pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 299.446.688-00, com endereço profissional na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050, para cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e

- f) **Paulo Vieira Boguea, brasileiro**, brasileiro, casado, gestor empresarial, portadora do documento de identidade nº 624704, emitido pela SSP/ES, inscrita no CPF sob o nº 005.224.787-27, com endereço profissional Rua Sapucaí, nº 383, Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30150-050, para o cargo de Membro Suplente da Sra. Joyce Andrews da Costa no Conselho de Administração da Companhia.

3.1) Considerando que nos termos do art. 14, §2º. do Estatuto Social da Companhia, 1 (um) membro do Conselho de Administração deve ser eleito pelos empregados da Companhia, e tendo em vista o término do mandato dos antigos membros, em 22 de março de 2023 foi realizada eleição dos conselheiros representantes dos empregados em todos os estabelecimentos da Companhia, com prazo de gestão de 3 (três) anos contados a partir da eleição, sendo a chapa vencedora composta conforme abaixo, de forma que a Administração propõe a posse de:

- a) **Paulino Rodrigues de Moura**, brasileiro, casado, ferroviário técnico de produção especializado, portador do documento de identidade nº 01552095-15, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 087.618.415-87, com endereço profissional na Rua do Imperador, nº 353, Bairro Mares, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40445-030, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e

- b) **Manoel Cunha Filho**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 02.744.674-37, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 271.241.935-91, com endereço profissional na Rua do Imperador, nº 353, Bairro Mares, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40445-030, para o cargo de Membro Suplente do Sr. Paulino Rodrigues de Moura no Conselho de Administração da Companhia;

4) Fixação da remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2023:

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações já compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas contratantes, de forma que a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração, eleito em eleição dos empregados, cujo valor proposto para a remuneração global anual é no valor de R\$ 15.768,00 (quinze mil setecentos e sessenta e oito reais), brutos, reajustados anualmente contados a partir da data de início da efetiva eleição, com base na variação do IPCA do período de mandato.

Em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução nº 81 da CVM, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência estão contempladas no ANEXO V desta Proposta.

CONCLUSÕES

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, recomendando sua integral aprovação.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- a) Os documentos previstos na Resolução nº 81 da CVM, foram apresentados à CVM na presente data, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE), e encontram-se à disposição dos

senhores no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados/>), e no site da CVM (www.cvm.gov.br);

b) Nos termos do artigo 126 da Lei das S/A, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição financeira depositária, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues à Companhia, até 48 horas antes da AGOE;

c) Adicionalmente, os documentos podem ser consultados e examinados na sede social da Companhia, devendo os acionistas interessados agendar data e horário de visita com o departamento de Relações com Investidores; e

d) Voto à Distância: A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com Resolução nº 81 da CVM. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância à Companhia.

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2023.

Rute Melo Araujo

Presidente Interina do Conselho de Administração

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam os Srs. acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S.A (“Companhia” ou “FCA”), com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 12:00h (horário de Brasília), na sede da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

A) Em Assembleia Geral Ordinária:

5. Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
6. Proposta para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
7. Eleição e reeleição dos membros e respectivos suplentes do Conselho de Administração, bem como indicação de seu Presidente, para mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo prorrogar-se até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024;
8. Posse dos membros do Conselho de Administração indicado pelos empregados da Companhia, nos termos do artigo 14 parágrafo 2º de se Estatuto Social.

B) Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Fixação da remuneração anual global da Administração da Companhia para o exercício social de 2023.

Instruções Gerais

- a. As informações e documentos previstos na Resolução CVM nº 81/2022, relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas, permanecem à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (<https://ri.vli-logistica.com.br/central-de-resultados>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).
- b. A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.
- c. Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela

instituição financeira depositária, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976 . É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer à AGOE votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos à pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE, para comprovação da legitimidade da representação.

Belo Horizonte/MA, 28 de março de 2023.

Rute Melo Araujo

Presidente Interina do Conselho de Administração

ANEXO II

Itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2020	2021	2022
Receita bruta	2.989	3.250	3.448
Receita líquida	2.689	2.887	3.048
EBITDA	943	821	(639)
EBITDA recorrente (i)	943	992	807
Resultado do exercício	(205)	(416)	(2.541)
Resultado do exercício recorrente (ii e iii)	(205)	(245)	(628)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040
Dívida bruta (iii)	-	-	1.114
Caixa e aplicações financeiras	361	193	444
Dívida líquida	-	-	670

(i) Ajustado por R\$ 1.314MM de redução de valor recuperável de ativos da Concessão e R\$ 132MM de redução de valor recuperável de ativos individuais.

(ii) Ajustado por R\$ 380MM de baixa de ativos diferidos e R\$ 87MM referentes a redução de valor recuperável de ativos alocada como depreciação acelerada.

(iii) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

A companhia conduziu análises financeiras e optou por realizar a redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 1.533 milhões, além de reduzir o valor reconhecido de ativos diferidos fiscais associados à essa Concessão (R\$ 380 milhões de redução). É importante ressaltar que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até 2026, ano de término do Contrato atual de concessão. Dessa forma esses efeitos não impactam posição de Caixa e, tampouco, nossas operações e/ou obrigações financeiras (*covenants*).

b) Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 1,983 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 443,9 milhões. O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 4,524 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 193,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,680 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 360,8 milhões.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios

sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	685	2.712	5.437
Compra de ativo imobilizado e intangível	(706.691)	(448.777)	(516.090)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(706.276)	(542.397)	(446.065)

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um endividamento com terceiros no montante de R\$ 1.114.690. Ao longo do ano a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões.

Ademais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 100.090 e R\$ 100.612, respectivamente.

Nos exercícios anteriores, findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	513.658	-
Debêntures	601.032	-
Mútuos	100.090	100.612
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(443.958)	(193.828)
Dívida líquida	770.822	(93.216)
	63,45%	(92,65%)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A FCA possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros ("Covenants"), com obrigação de medição com base nas demonstrações financeiras consolidadas do

Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui linhas de créditos abertas e não desembolsadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	443.958	6,75	193.828	2,28	129,05
Contas a receber	121.923	1,85	101.256	1,19	20,41
Estoques	222.388	3,38	194.350	2,28	14,43
Tributos a recuperar	62.392	0,95	76.009	0,89	(17,91)
Demais ativos	32.312	0,49	24.218	0,28	33,42
Total do circulante	882.973	13,42	589.661	6,92	49,74
Não circulante					
Contas a receber	291.622	4,43	282.346	3,32	3,29
Tributos a recuperar	370.251	5,63	306.248	3,60	20,90
Contas a receber da RFFSA (União)	127.502	1,94	120.394	1,41	5,90
Demais ativos	4.519	0,07	4.493	0,05	0,58
Depósitos judiciais	122.702	1,86	102.670	1,21	19,51
Tributos diferidos sobre o lucro	-	0,00	489.478	5,75	0,00
Imobilizado	1.696.800	25,79	1.703.928	20,01	(0,42)
Intangível	3.083.580	46,86	4.916.393	57,73	(37,28)
Total do ativo não circulante	5.696.976	86,58	7.925.950	93,08	(28,12)
Total do ativo	6.579.949	100,00	8.515.611	100,00	(22,73)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	400.367	6,08	365.663	4,29	9,49
Contas a pagar	22.089	0,34	10140	0,12	117,84
Empréstimos e Financiamentos	13.658	0,21	-	0,00	0,00
Debêntures	2.185	0,03	-	0,00	0,00
Mútuo	100.090	1,52	612	0,01	16.254,58
Tributos a recolher	45.226	0,69	12.951	0,15	249,21
Obrigações sociais e trabalhistas	137.037	2,08	115.362	1,35	18,79
Arrendamentos e concessão	473.027	7,19	667.074	7,83	(29,09)
Antecipações de clientes	26.069	0,40	29.675	0,35	(12,15)
Demais passivos	-	0,00	8.744	0,10	0,00
Receitas diferidas	1.889	0,03	2.050	0,02	(7,85)
Total do passivo circulante	1.221.637	18,57	1.212.271	14,24	0,77
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	500.000	7,60	-	0,00	0,00
Debêntures	598.847	9,10	-	0,00	0,00
Mútuo	-	0,00	100.000	1,17	0,00
Arrendamentos e concessão	1.446.753	21,99	1.819.199	21,36	(20,47)
Receitas diferidas	15.793	0,24	17.680	0,21	(10,67)
Benefícios a empregados	-	0,00	584	0,01	0,00
Provisão para processos judiciais	814.151	12,37	841.453	9,88	(3,24)
Total do passivo não circulante	3.375.544	51,30	2.778.916	32,63	21,47
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.323	70,87	4.663.323	54,76	0,00
Reservas de capital	-	0,00	-	0,00	0,00
Prejuízos acumulados	(2.680.555)	(40,74)	(138.899)	(1,63)	1.829,86
Total do patrimônio líquido	1.982.768	30,13	4.524.424	53,13	(56,18)
Total do passivo e patrimônio líquido	6.579.949	100,00	8.515.611	100,00	(22,73)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 883 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de aproximadamente 49,74%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,96% em 31 de dezembro de 2022 e 102,53% em 31 de dezembro de 2021, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	6.533	1.207
Aplicações financeiras (a)	<u>437.425</u>	<u>192.621</u>
	<u><u>443.958</u></u>	<u><u>193.828</u></u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 7,926 bilhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,697 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representando um decréscimo de 28,12% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 4,916 bilhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3,084 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 37,3% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 1,313 bilhões; as amortizações totais de R\$ 559 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se amortizações de R\$ 471,5 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 1,833 bilhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Redução do valor recuperável	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)
Transferências	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.688.085	164.566	9.255.972
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.176.411)	-	(4.339.581)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.688.085	164.566	9.255.972
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	148.149	-	-	-	148.149
Adições	-	-	-	7	185.516	185.523
Baixas	-	-	211	(21.510)	-	(21.299)
Provisão para baixa de intangíveis e estoques	-	-	-	(145.707)	424	(145.283)
Redução do valor recuperável	-	(1.313.676)	-	-	-	(1.313.676)
Transferências	-	(170.935)	1.014	560.397	(62.926)	327.550
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.168	2.001.317	23.599	6.081.272	287.580	8.436.936
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.176.411)	-	(4.339.581)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(471.545)	-	-	-	(471.545)
Adições	(2.066)	-	(926)	(556.101)	-	(559.093)
Baixas	-	-	(110)	16.973	-	16.863
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(35.594)	(1.580.190)	(22.033)	(3.715.539)	-	(5.353.356)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	7.574	421.127	1.566	2.365.733	287.580	3.083.580

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.221,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um incremento de 0,8% do total do passivo circulante, representado substancialmente por mútuo.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2.778,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.375,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 21,5% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente por contratação de empréstimos (incremento de R\$ 500 milhões) e debêntures (incremento de R\$ 599 milhões).

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,524 bilhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1,983 bilhões em 31 de dezembro de 2022, representando redução de aproximadamente 56,18% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 2,681 bilhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	3.048.611	100,00	2.886.693	100,00	5,61
Custo dos serviços prestados	<u>(3.182.854)</u>	(104,40)	<u>(2.739.535)</u>	(94,90)	16,18
Lucro bruto	<u>(134.243)</u>	(4,40)	<u>147.158</u>	5,10	(191,22)
Receitas (despesas) operacionais	<u>(1.676.064)</u>	(54,98)	<u>(380.711)</u>	(13,19)	340,25
Gerais e administrativas	(100.182)	(3,29)	(116.571)	(4,04)	(14,06)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(256.934)	(8,43)	(110.437)	(3,83)	132,65
Redução do valor recuperável de ativos	(1.313.676)	(43,09)	(170.935)	(5,92)	668,52
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	<u>(5.272)</u>	(0,17)	<u>17.232</u>	0,60	(130,59)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>(1.810.307)</u>	(59,38)	<u>(233.553)</u>	(8,09)	675,12
Resultado financeiro	<u>(241.872)</u>	(7,93)	<u>(137.903)</u>	(4,78)	75,39
Receitas financeiras	46.947	1,54	24.742	0,86	89,75
Despesas financeiras	(312.756)	(10,26)	(186.791)	(6,47)	67,44
Ganhos com variação monetária e cambial	<u>23.937</u>	0,79	<u>24.146</u>	0,84	(0,87)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(2.052.179)</u>	(67,32)	<u>(371.456)</u>	(12,87)	452,47
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(489.477)</u>	(16,06)	<u>(45.022)</u>	(1,56)	987,20
Tributos correntes	-	0,00	2.311	0,08	(100,00)
Tributos diferidos	<u>(489.477)</u>	(16,06)	<u>(47.333)</u>	(1,64)	934,11
Prejuízo do exercício	<u>(2.541.656)</u>	(83,37)	<u>(416.478)</u>	(14,43)	510,27
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(17,80)		(3,00)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2022, a receita líquida somou R\$ 3,049 bilhões, representando um aumento de 5,61% sobre o mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2,887 bilhões.

Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 3,183 bilhões, o que representou um aumento de 16,2% em relação ao mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2,740 bilhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2022 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 385 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 257 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022 o que representou uma redução de, aproximadamente, 41,9% em relação ao mesmo período de 2020, quando totalizou R\$ 110 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 146,5 milhões tem como principal impacto o incremento na provisão (despesa) para baixa de ativos, na ordem de R\$ 149,9 milhões e nas receitas de *take or pay* R\$ 23,8 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 233 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1,810 bilhões negativos em 31 de dezembro de 2022, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1,313 bilhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 242 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 138 milhões, representando redução de 75,39%. Tal variação se deu principalmente pelo reconhecimento dos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 58,6 milhões e por reconhecimento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 56,8 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 371 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.052,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de aproximadamente 452,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1.313,6 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2022 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 2.541,7 milhões frente aos prejuízos de R\$ 416 milhões apurados em 2021.

**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM
COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.541.656)	(416.478)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	1.170.667	1.054.897
(Reversão) provisão para perdas de estoques	(863)	9.725
Perda de recebíveis	611	30.061
Baixa de tributos	27.861	-
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	5.272	(17.232)
Provisões para processos judiciais, líquidas	150.262	90.469
Provisão para baixa de ativos	149.944	-
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(23.937)	(24.146)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	8.288	9.079
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	-	(1)
Juros sobre mútuo	29.292	612
Ajuste a valor presente	(12.227)	(12.456)
Despesas com benefícios a empregados	(49)	(850)
Tributos diferidos sobre o lucro	489.477	47.333
Despesas financeiras – arrendamentos	159.399	172.667
Despesas financeiras - juros sobre financiamento e debêntures	56.888	-
Despesas financeiras - custo transação sobre financiamento e debêntures	299	-
Reconhecimento de créditos tributários	-	(18.493)
Redução no valor recuperável de ativos	1.313.676	170.935
	981.156	1.094.074
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(23.598)	25.636
Instrumentos financeiros derivativos	-	(191)
Estoques	(27.175)	(1.941)
Tributos a recuperar	20.255	57.222
Depósitos judiciais	(17.295)	(17.778)
Contas a receber da RFFSA (União)	(3)	(2.742)
Demais ativos	(1.946)	5.689
Fornecedores	33.814	37.934
Contas a pagar	11.949	(7.242)
Tributos a recolher	32.275	516
Tributos a recolher sobre o lucro	-	7.688
Obrigações sociais e trabalhistas	21.675	26.193
Benefícios a empregados	(535)	(354)
Antecipações de clientes	(3.606)	(4.705)
Provisão para processos judiciais	(177.564)	(108.300)
Demais passivos	(9.572)	3.207
Caixa líquido gerado pelas operações	839.830	1.114.906
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7.688)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	839.830	1.107.218
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	685	2.712
Aquisição de imobilizado e intangível	(706.961)	(448.777)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(706.276)	(446.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida dos custos de transação	1.098.043	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.542)	-
Aporte de mútuo	400.000	100.000
Pagamento de mútuo	(429.544)	-
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(911.381)	(928.150)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	116.576	(828.150)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	250.130	(166.997)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	193.828	360.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	443.958	193.828

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	193.828	2,28	360.825	3,97	(46,28)
Contas a receber	101.256	1,19	135.403	1,49	(25,22)
Estoques	194.350	2,28	201.417	2,21	(3,51)
Tributos a recuperar	76.009	0,89	76.780	0,84	(1,00)
Demais ativos	24.218	0,28	31.615	0,35	(23,40)
Total do circulante	589.661	6,92	806.040	8,86	(26,84)
Não circulante					
Contas a receber	282.346	3,32	274.208	3,01	2,97
Tributos a recuperar	306.248	3,60	250.182	2,75	22,41
Contas a receber da RFFSA (União)	120.394	1,41	106.843	1,17	12,68
Demais ativos	4.493	0,05	2.702	0,03	66,28
Depósitos judiciais	102.670	1,21	82.899	0,91	23,85
Tributos diferidos sobre o lucro	489.478	5,75	536.811	5,90	(8,82)
Imobilizado	1.703.928	20,01	1.525.164	16,76	11,72
Intangível	4.916.393	57,73	5.514.957	60,61	(10,85)
Total do ativo não circulante	7.925.950	93,08	8.293.766	91,14	(4,43)
Total do ativo	8.515.611	100,00	9.099.806	100,00	(6,42)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	365.663	4,29	328.021	3,60	11,48
Contas a pagar	10.140	0,12	17.382	0,19	(41,66)
Mútuo	612	0,01	-	0,00	0,00
Derivativos	-	0,00	191	0,00	0,00
Tributos a recolher	12.951	0,15	12.435	0,14	4,15
Obrigações sociais e trabalhistas	115.362	1,35	89.169	0,98	29,37
Arrendamentos e concessão	667.074	7,83	685.843	7,54	(2,74)
Antecipações de clientes	29.675	0,35	34.380	0,38	(13,69)
Demais passivos	8.744	0,10	3.950	0,04	121,37
Receitas diferidas	2.050	0,02	2.048	0,02	0,10
Total do passivo circulante	1.212.271	14,24	1.173.419	12,89	3,31
Não circulante					
Mútuo	100.000	1,17	-	0,00	0,00
Provisão para processos judiciais	841.453	9,88	859.284	9,44	(2,08)
Benefícios a empregados	584	0,01	1.788	0,02	(67,34)
Receitas diferidas	17.680	0,21	19.728	0,22	(10,38)
Arrendamentos e concessão	1.819.199	21,36	2.104.685	23,13	(13,56)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	-	0,00	260.000	2,86	0,00
Total do passivo não circulante	2.778.916	32,63	3.245.485	35,67	(14,38)
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.323	54,76	4.663.258	51,25	0,00
Reservas de capital	-	0,00	17.644	0,19	0,00
Prejuízos acumulados	(138.899)	(1,63)	-	0,00	0,00
Total do patrimônio líquido	4.524.424	53,13	4.680.902	51,44	(3,34)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.515.611	100,00	9.099.806	100,00	(6,42)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 806 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de aproximadamente 26,8%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,53% em 31 de dezembro de 2021 e 102,31% em 31 de dezembro de 2020, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.207	3.228
Aplicações financeiras (a)	<u>192.621</u>	<u>357.597</u>
	<u>193.828</u>	<u>360.825</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8,294 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7,926 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 4,4% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas e intangível.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ \$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,916 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 10,9% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no montante de R\$ 170,9 milhões; aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 56,1 milhões; as amortizações totais de R\$ 454,9 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se correções monetárias de R\$ 407,8 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 412,9 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 598,6 milhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Transferências	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
Saldo em 31 de dezembro 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.859.020	164.566	9.426.907
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
<i>Impairment</i>	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.347.346)	-	(4.510.516)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um incremento de 3,2% do total do passivo circulante, não havendo individualmente valores relevantes a serem destacados para a variação.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.245,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.778,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 14,4% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2021 foi de R\$ 285,5 milhões, houve também a redução de R\$ 260 milhões em AFAC com o objetivo de aumento de capital.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,681 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,524 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando redução de aproximadamente 3,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 138,9 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.886.693	100,00	2.689.383	100,00	7,34
Custo dos serviços prestados	(2.739.535)	(94,90)	(2.388.393)	(88,81)	14,70
Lucro bruto	147.158	5,10	300.990	11,19	(51,11)
Receitas (despesas) operacionais	(380.711)	(13,19)	(301.602)	(11,21)	26,23
Gerais e administrativas	(116.571)	(4,04)	(95.465)	(3,55)	22,11
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(110.437)	(3,83)	(189.391)	(7,04)	(41,69)
Redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(170.935)	(5,92)	-	0,00	0,00
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	17.232	0,60	(16.746)	(0,62)	(202,90)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(233.553)	(8,09)	(612)	0,02	38.062,25
Resultado financeiro	(137.903)	(4,78)	(297.374)	(11,06)	(53,63)
Receitas financeiras	24.742	0,86	10.648	0,40	132,36
Despesas financeiras	(186.791)	(6,47)	(321.355)	(11,95)	(41,87)
Ganhos com variação monetária e cambial	24.146	0,84	13.333	0,50	81,10
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(371.456)	(12,87)	(297.986)	(11,08)	24,66
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.022)	(1,56)	93.323	3,47	(148,24)
Tributos correntes	2.311	0,08	-	0,00	n/a
Tributos diferidos	(47.333)	(1,64)	93.323	3,47	(150,72)
Prejuízo do exercício	(416.478)	(14,43)	(204.663)	(7,61)	103,49
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(3,00)		(1,62)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2021, a receita líquida somou R\$ 2,887 bilhões, representando um aumento de 7,36% sobre o mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,689 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 2,740 bilhões, o que representou um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,388 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2021 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 277,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 110 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma redução de, aproximadamente, 41,9% em relação ao mesmo período de 2020, quando totalizou R\$ 189,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 79,4 milhões tem como principal impacto um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de

R\$ 31,5 milhões e recuperação de despesas em R\$ 22,5 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 612 mil positivo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 234 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 138 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 297 milhões, representando redução de 53,5%. Tal variação se deu principalmente pela redução nos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 121,0 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 298 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 371 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando aumento de aproximadamente 24,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2021 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 416 milhões frente aos prejuízos de R\$ 205 milhões apurados em 2020.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(416.478)	(204.663)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	1.054.897	943.370
Provisão para perdas de estoques	9.725	4.634
Perda de recebíveis	30.061	2.045
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(17.232)	16.454
Provisões para processos judiciais, líquidas	90.469	281.516
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	191
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(24.146)	(13.333)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	9.079	11.004
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	(1)	174
Juros sobre mútuo	612	-
Ajuste a valor presente	(12.456)	(4.982)
Despesas com benefícios a empregados	(850)	406
Tributos diferidos sobre o lucro	47.333	(93.323)
Despesas financeiras – arrendamentos	172.667	183.815
Reconhecimento de créditos tributários	(18.493)	-
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	170.935	-
	<u>1.094.074</u>	<u>1.125.260</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	25.636	26.805
Instrumentos financeiros derivativos	(191)	69
Estoques	(1.941)	9.495
Tributos a recuperar	57.222	61.362
Depósitos judiciais	(17.778)	13.783
Contas a receber da RFFSA (União)	(2.742)	(468)
Demais ativos	5.689	(9.135)
Fornecedores	37.934	6.818
Contas a pagar	(7.242)	4.582
Tributos a recolher	516	1.588
Tributos a recolher sobre o lucro	7.688	-

Obrigações sociais e trabalhistas	26.193	(25.000)
Benefícios a empregados	(354)	(204)
Antecipações de clientes	(4.705)	(4.541)
Provisão para processos judiciais	(108.300)	(44.978)
Demais passivos	3.207	3.954
Caixa líquido gerado pelas operações	1.114.906	1.169.390
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.688)	(3.027)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.107.218	1.166.363
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	2.712	5.437
Aquisição de imobilizado e intangível	(448.777)	(516.090)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(446.065)	(510.653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de mútuo	100.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	450.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(928.150)	(856.790)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(828.150)	(406.790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(166.997)	248.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	360.825	111.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	193.828	360.825

2.2 Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

O ano de 2022 foi marcado por um início desafiador para a operação da VLI devido ao elevado volume de chuvas na região central de Minas Gerais, ocasionando paralisações parciais da malha da Ferrovia Centro Atlântica e das malhas de terceiros utilizados pela companhia.

Em 2022, a FCA alcançou uma receita líquida de R\$ 3.048 milhões, com 23.040 milhões de TKU transportados na malha ferroviária.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos siderúrgicos. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado.

Desempenho Operacional

Em 2022, o volume transportado foi de 23 bilhões de TKU, 3,9% menor que o realizado em 2021, em decorrência da paralisação parcial da malha no primeiro semestre de 2022 devido às chuvas. O volume transportado se dividiu-se principalmente nos seguintes segmentos: 60% no segmento de grãos, 14% siderurgia, 13% industrializados e 12% fertilizantes.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados positivamente pelo crescimento da receita líquida (aumento de R\$ 161 milhões na comparação com 2021).

Por sua vez, os custos dos serviços prestados tiveram um aumento de 16,2% entre 2022 e 2021, alavancados, principalmente, pelo incremento das despesas com depreciação e amortização e combustíveis.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 1.575 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto no resultado de 2022 é proveniente da realização da redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 1.533 milhões, ressaltamos que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão.

Adicionalmente, em 2022, a administração da Companhia realizou a redução do valor reconhecido de ativos diferidos fiscais associados a Concessão no valor de R\$ 380 milhões.

Diante destes fatores, o resultado operacional contábil da companhia se encerrou negativo em R\$ 2.541 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição foram a variação nos volumes e tarifas.

Segue abaixo quadro evidenciado a variação das receitas e dos volumes nos últimos três exercícios sociais:

Exercício social encerrado em: (Em milhões de R\$)	2020	2021	2022	Δ 2022 x 2021 (%)	Δ 2022 x 2021 (%)
Receita bruta	2.989	3.250	3.448	6,1	8,7
Receita líquida	2.689	2.887	3.048	5,6	7,3
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040	-3,8	-3,7

A receita líquida aumentou de R\$ 2.689 milhões em 2020 para R\$ 3.048 milhões em 2022, principalmente em razão dos melhores preços nos segmentos de fertilizantes, grãos e açúcar no negócio ferroviário.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: inflação, taxa de juros, preços dos produtos transportados e câmbio.

Em 2022 a totalidade dos negócios da Companhia foi desenvolvida no Brasil e suas receitas são majoritariamente denominadas em reais. Conseqüentemente, a Companhia é afetada pela conjuntura econômica do Brasil, que é historicamente caracterizada pela volatilidade, em termos de crescimento econômico, inflação, juros e taxas de câmbio. Esses fatores afetam os custos de financiamento e operação, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

O resultado financeiro da FCA, em 2022, foi impactado pelo aumento da despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures e de juros sobre contingências jurídicas, apesar de maiores receitas sobre aplicações financeiras quando comparado com o ano de 2021.

Inflação

Nos últimos três exercícios sociais, de 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2022, os índices de inflação no Brasil se apresentaram voláteis dentro do período, nos anos de 2021 e 2022, o IPCA superou o regime de metas de inflação estipulado pelo Banco Central do Brasil.

A inflação impacta direta e indiretamente as operações da Companhia, uma vez que os custos de

produção e outras despesas operacionais são normalmente corrigidas por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Assim como, as variações no preço do diesel. No entanto, a política de precificação da companhia prevê o repasse dos efeitos inflacionários com reajustes das tarifas cobradas dos clientes, desta forma protegendo a receita líquida.

Taxa de Juros

O resultado financeiro da Companhia está exposto a riscos associados a taxas de juros, em especial com relação às despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Em geral as dívidas da FCA estão expostas ao CDI (taxa de juros de referência no mercado interbancário brasileiro).

Historicamente, as medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação incluíram a adoção de uma política monetária rígida com taxas de juros elevadas, consequentemente limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico brasileiro.

2.3 Os diretores devem comentar:

d) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

e) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2022 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham

causado ou se espera que tenham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c) eventos ou operações não usuais.

i. REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando o montante a receber de R\$ 273.928 (2021 - R\$ 261.615).

ii. Redução no valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da FCA identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios, o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026 e a ainda não concretização da renovação da sua concessão.

A FCA possui uma unidade geradora de caixa composta pelos ativos imobilizados e intangíveis da malha ferroviária Paulista e a malha ferroviária Centro Leste, os quais integram um único contrato de concessão, são similares em natureza, uso e dependentes entre si. A renovação da concessão está sujeita a aprovação à exclusivo critério do poder concedente, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da FCA determinou o valor recuperável da unidade geradora de caixa com base no valor em uso, considerando que o valor justo foi inferior utilizando as projeções de fluxo de caixa nominal com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração. As principais premissas seguem listadas abaixo:

Prazo de projeção limitado a agosto de 2026 e;

Projeções de volumes e preços junto aos seus clientes que operam substancialmente nos mercados agrícolas, siderúrgicos, mineração e outros, receitas acessórias, custos variáveis, gastos com manutenção e investimentos, indenização dos ativos reversíveis conforme previsto no respectivo contrato de concessão e taxa de desconto.

Vide tabela abaixo com a relação das premissas qualitativas e quantitativas das análises:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	1,60%	2,24%
Margem EBITDA (% de receita)	36% a 41%	40% a 51%
Taxa de desconto nominal - %	12,34%	11,06%

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período até 2026. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados.

O dispêndio anual de investimentos correntes diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para a manutenção da Concessão. Ele se baseia na experiência histórica da administração da FCA e não compreende incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

A taxa de desconto foi estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor em uso da unidade geradora de caixa é inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 1.313.676, saldo este equivalente a (52,41%) do valor de uso dos ativos (2021 – R\$ 170.935 e 3,5%, respectivamente), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável.

A perda por redução do valor recuperável originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2022 pelo Conselho de Administração do *business plan* da FCA, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à FCA, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. A FCA alocou os respectivos montantes, conjuntamente com os registrados no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, nos ativos intangíveis atrelados a concessão, dada a: (i) natureza incorpórea destes ativos; (ii) não existência de valor de realização alternativo; (iii) conclusão de que os trechos originalmente objeto da concessão sofreram grande alteração ao longo da concessão, seja por devolução (Resolução 4.131/13) ou pela avaliação de rentabilização econômica dos mesmos.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a) informar o valor das medições não contábeis.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2020	2021	2022
Receita bruta	2.989	3.250	3.448
Receita líquida	2.689	2.887	3.048
EBITDA	943	821	(639)
EBITDA recorrente (i)	943	992	807
Resultado do exercício	(205)	(416)	(2.541)
Resultado do exercício recorrente (ii e iii)	(205)	(245)	(628)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040
Dívida bruta (iii)	-	-	1.114
Caixa e aplicações financeiras	361	193	444
Dívida líquida	-	-	670

(i) Ajustado por R\$ 1.314MM de redução de valor recuperável de ativos da Concessão e R\$ 132MM de redução de valor recuperável de ativos individuais.

(ii) Ajustado por R\$ 380MM de baixa de ativos diferidos e R\$ 87MM referentes a redução de valor recuperável de ativos alocada como depreciação acelerada.

(iii) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Vide item a.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

As medições não contábeis (EBITDA recorrente e resultado do exercício recorrente) refletem os resultados líquidos dos ajustes extraordinários e logo trazem uma melhor comparabilidade com os exercícios anteriores).

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não aplicável.

2.7 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Ano	2022	2021	2020 (Reapresentado)
Resultado Líquido (R\$ Milhares)	(2.541.656)	(416.478)	(204.663)

a) regras sobre retenção de lucros.

Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e
- (b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022,

2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

b) regras sobre distribuição de dividendos.

Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

c) periodicidade das distribuições de dividendos.

Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios.

iii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

Não aplicável.

iv. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não aplicável.

v. contratos de construção não terminada.

Não aplicável.

vi. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não aplicável.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Vide item 2.8.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Ferrovia Centro-Atlântica, contou com investimentos correntes e de capital no montante de R\$ 706 milhões para projetos de Via permanente, Vagões, Locomotivas e Pátios relacionados ao plano de negócio da companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora. Adicionalmente, ao longo do ano a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões que ajudaram a suprir a necessidade de caixa para os investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o ano de 2022, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos patentes ou outros

ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

A Ferrovia Centro-Atlântica, investiu em projeto de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2022, voltado para engenharia de operações ferroviárias, com foco no ativo de ferrovia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2022, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 2,8 milhões, frente aos R\$ 3,8 milhões investidos em 2021.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Em 2022, foram investidos R\$ 2,8 milhões.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2022, foram investidos R\$ 2,8 milhões.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questão ASG.

O grupo VLI, que engloba suas subsidiárias, incluindo a FCA enxerga oportunidades para o desenvolvimento ASG da companhia. Essas oportunidades reforçam nossa visão de sermos referência em sustentabilidade na logística brasileira até 2030.

Para isso, nos comprometemos com seis compromissos que compõem a nossa agenda ASG intitulada como “VLI para o amanhã – conexões para um mundo melhor”.

Esses compromissos estão distribuídos em 3 pilares com metas estabelecidas para alcance até 2030: Segurança nas operações; legado para o planeta e Valor para as relações. Com esses compromissos, buscamos ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, mitigar as mudanças climáticas e fomentar fornecedores locais.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

No último exercício social, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

Itens 7.1 a 7.8 do Formulário de Referência

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

A Companhia não possui política de indicação e preenchimento de cargos.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência. N/A

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações. N/A

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos. N/A

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

Em situações de conflito de interesses, tanto os administradores quanto os acionistas, devem declarar-se impedidos, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. Ainda, além do dever de se manifestar, deve se abster de participar das discussões e deliberações relativas a essas matérias.

A Companhia adota, ainda, práticas bastante restritivas em situações que, geralmente, podem gerar situações de conflitos de interesses, como é o caso das transações com partes relacionadas. Nesses casos, a própria Companhia determina uma série de medidas com o objetivo de restringir a deliberação apenas às partes que não possuem interesse na matéria, como amplamente descrito no item 16.1 do presente relatório. Para maior detalhamento sobre esse procedimento, pedimos a gentileza de consultar o item referido acima.

Em relação a outras situações que possam implicar em conflitos de interesse e que não estão ligadas a transações com partes relacionadas, além da própria manifestação do administrador ou do acionista, que é imposta por força de lei, a Companhia promove todas as orientações aos membros dos Órgãos da Administração no momento de sua posse, mostrando a eles exemplos de situações que podem implicar em conflitos de interesses, o dever de se manifestar em situações como essas, conforme previsto em lei, a conduta a ser adotada nesses casos, a responsabilidade e os deveres dos administradores e acionistas previstas na lei, bem como as consequências de uma deliberação tomada da Companhia sem a observância dessas regras.

Além disso, todos os empregados da Companhia, suas controladoras e afiliadas, estão sujeitos ao Código de Conduta Ética, que prevê regras a serem seguidas em situações que possam gerar conflitos de interesses, vinculando sua atuação e responsabilizando o empregado que, eventualmente, agir em desacordo com as regras previstas no citado Código.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero;

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça;

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes;

Conselheiro de Administração	Posição	Gênero	Cor ou raça
Fábio Tadeu Marchiori Gama (<i>Presidente do Conselho</i>)	Titular	Masculino	Branco
Rute Melo Araujo	Suplente	Feminino	Branco
Nicolas Rodolfo Leon Szwako	Titular	Masculino	Branco
Breno Dutra Moreira	Suplente	Masculino	Branco
Joyce Andrews da Costa	Titular	Feminino	Branco
Paulo Vieira Bogea	Suplente	Masculino	Branco
Paulino Rodrigues de Moura	Titular	Masculino	Branco
Manoel Cunha Filho	Suplente	Masculino	Branco

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal;

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração.

O emissor não possui comitês permanentes, e atualmente o órgão que se reporta ao conselho de administração é a Diretoria.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

O emissor não possui política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e o conselho de administração não avalia o trabalho da auditoria independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

O Canal Instituído pelo emissor é denominado “Canal de Ética”. Ele é baseado nos valores da Companhia e tem como objetivo ser meio para comunicação segura, confidencial e, se desejada, anônima, para que colaboradores e terceiros possam reportar atos em desacordo com o Código de Conduta Ética da VLI, suas políticas e procedimentos, às legislações aplicáveis, assim como condutas de fraudes, corrupção ou que violem às disposições previstas na legislação brasileira anticorrupção vigente.

Trata-se de Canal aberto, ou seja, qualquer pessoa, ainda que não tenha vínculo com a VLI, pode entrar em contato para reportar uma (suspeita de) irregularidade, incluindo, clientes, fornecedores, terceiros e a comunidade em geral.

Depois de registrados, os relatos são verificados e investigados de maneira isenta e imparcial, garantindo o sigilo quanto à identidade do denunciante e ao conteúdo declarado, nos limites da

lei. O sigilo garante também que, ao utilizar o Canal de Ética, o denunciante de boa-fé não sofra nenhuma retaliação ou punição em razão de sua manifestação.

São os meios de contato:

- ✓ via site - www.canaldeetica.com.br/vli
- ✓ telefone 24h, inclusive secretária eletrônica: 0800.721.0782
- ✓ diretamente com a área de Ética e Conformidade: pessoalmente, por Teams, telefones ou pelo e-mail etica@vli-logistica.com.br

Ainda, ao acionar o Canal de Ética por telefone, as mulheres podem optar por atendimento exclusivo e diferenciado, com atendentes preparadas para acolher e tratar casos específicos desse público, por meio do mesmo número de telefone 0800.721.0782, selecionando a opção 03.

As denúncias recebidas são distribuídas pela empresa terceira para a área de Ética e Conformidade ou Auditoria Interna, de acordo com a matriz de governança do Canal, para apuração e, ao final, são reportadas às alçadas competentes para deliberação, entre elas o Comitê de Ética, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

O Canal de Ética, além de apurar e tratar os casos concretos, contribui com a gestão efetiva do Programa de Ética e Conformidade ao identificar e promover a análise de melhorias de processos e controles.

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Nome	Profissão	Data da posse	Membro independente? Descrever critérios
CPF	Cargo eletivo ocupado	Prazo do mandato	Mandatos consecutivos? Data do 1º mandato
Data de nascimento	Data de eleição	Eleito pelo controlador?	
Fábio Tadeu Marchiori Gama	Engenheiro Químico	28/04/2023	Não
117.106.628-75	Presidente e Membro Titular do Conselho de Administração	2 (dois) anos	Não
28/03/1970	28/04/2023	Sim	
Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:			
Conta com sólida experiência de quase 30 anos em empresas como Unilever, Grupo Fleury, Mondelēz International e Avon / Natura. Cursou Engenharia Química na Universidade de São Paulo (USP), MBA em Administração de Empresas na Fundação Dom Cabral e graduou-se no Senior Executive Programme na London Business School. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Rute Melo Araujo	Engenheira	28/04/2022	Não
192.181.808-51	Membro Suplente do Conselho de Administração	2 (dois) anos	Sim - 22/10/2015
10/07/1977	28/04/2022	Sim	
Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:			
Está há 10 anos na VLI e possui mais de 14 anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirlpool Latin America S.A. e a Ambev. Graduou-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getulio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Nicolas Rodolfo Leon Szwako	Engenheiro	28/04/2022	Não
025.150.429-88	Membro Titular do Conselho de Administração	2 (dois) anos	Não
01/06/1976	28/04/2022	Sim	
Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:			

Engenheiro Mecânico com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral, tem 18 anos de experiência nas áreas de operação e engenharia de grandes empresas. Iniciou sua carreira profissional na AMBEV e teve a oportunidade de se consolidar em grandes players de mercado como Renault, Vale, BRF. Na VLI, foi responsável pela operação VLI no Porto do Pecém e, mais recentemente, pela engenharia de Portos e Terminais. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Breno Dutra Moreira	Engenheiro	28/04/2023	Não
082.481.106-21	Membro Suplente do Conselho de Administração	2 (dois) anos	Não
14/09/1987	28/04/2023	Sim	

Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:

Mais de 10 anos de experiência no setor de logística, passando por diversas funções no setor de planejamento e gestão de projetos. Larga experiência em análises complexas envolvendo modelos de simulação, analytics e pesquisa operacional. Participou de processos de ideação, construção, valoração, engenharia e aprovação de dezenas de projetos totalizando mais de R\$ 4 bilhões de reais em investimentos nos últimos 9 anos. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joyce Andrews da Costa	Advogada	28/04/2022	Não
299.446.688-00	Membro Titular do Conselho de Administração	2 (dois) anos	Não
16/10/1982	28/04/2022	Sim	

Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:

Executiva com experiência de 18 anos nas áreas Jurídica, Governança Corporativa, Mercados Financeiro e de Capitais, Societário, Ética e Conformidade, Riscos e Controles Internos, liderando equipes em empresas de grande porte em setores com alta complexidade legal e regulatória, como logística, finanças e saúde. Sólida carreira em projetos de M&A, reorganizações societárias, emissão de dívidas, defesas de administradores, estruturação de áreas, programa de ética e conformidade, atuação perante órgãos públicos, pareceres e opinião legal à alta administração, atuação em governança. Possui MBA – L.L.M – Mercados Financeiro e de Capitais no Insper e Pós-graduação em Direito Societário pela Mackenzie. Declara que não foi condenada criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Vieira Bogeia	Gestor Empresarial	28/04/2022	Não
005.224.787-27	Membro Suplente do Conselho de Administração	2 (dois) anos	Não

15/091971

28/04/2022

Sim

Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:

Executivo sênior com carreira desenvolvida nas áreas de Engenharia, Operações e Manutenção, com atuação no segmento de Siderurgia e Serviços /Logística Integrada em empresas nacionais e multinacionais de renome como: ArcelorMittal, Vale, CSN e VLI (Valor da Logística Integrada). Forte expertise na gestão das unidades de negócios, com foco na rotina de operações e manutenção, definição e análise de KPIs nos FMDs de cada site voltados à Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA). Experiência em gestão multidisciplinar, incluindo pessoas, financeiro, contratos, processos jurídicos, áreas operacionais, manutenção, logística, pós-venda, programas de melhoria (CCQ, Six Sigma e Lean Manufacturing) para eliminação de perdas nas diferentes etapas do processo, áreas de projetos, inteligência e suporte operacional, suporte a transformação digital, qualidade e meio-ambiente, saúde e segurança e implementação de sinergias. Desenvolvimento e implementação de novos negócios; Relação e negociação com Sindicatos (Patronal e Trabalhadores); sólida bagagem na construção de relacionamentos com diferentes partes interessadas, principalmente agências governamentais e empresas. Gestão da área industrial (PCP, produção, qualidade, compras, distribuição, auditorias, riscos ao negócio, custos e investimentos) com visão sistêmica para dos processos produtivos-comerciais-financeiros. Gestão do planejamento estratégico do orçamento, com vivência nos controles operacionais, alinhado as necessidades de vendas e produção suportando os clientes internos e externos. Liderança integradora de grandes times multifuncionais com foco na construção e desenvolvimento de equipes de alta performance, através da capacitação e cumprimento dos objetivos estratégicos. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulino Rodrigues de Moura	Ferroviário Técnico de Produção Especializado	28/04/2022	Não
087.618.415-87	Membro Titular do Conselho de Administração (Represente dos Empregados)	2 (dois) anos	Não
10/10/1955		28/04/2022	Não

Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:

Possui curso técnico em Administração e em Contabilidade, ambos pelo Colégio Comercial de Jacobina/BA. Também tem formação pedagógica e científica pelo Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro. Vasta experiência no ramo ferroviário, pela Rede Ferroviária Federal/AS, já tendo exercido os cargos de escriturário, analista auxiliar técnico, supervisor auxiliar de administração, assistente administrativo, técnico especializado de apoio e técnico de produção especializado. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Manoel Cunha Filho	Contador	28/04/2022	Não
---------------------------	----------	------------	-----

271.241.935-91	Membro Suplente do Conselho de Administração (Represente dos Empregados)	2 (dois) anos	Não
08/10/1963	28/04/2022	Não	
Principais experiências profissionais / Declaração de eventuais condenações:			
<p>Bacharel em Ciência Contábeis pela Faculdade São Salvador, Salvador/BA. Atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro do SINDIFERRO. Também já atuou como Supervisor de Administração, Agente Administrativo e Maquinista Auxiliar na Rede Ferroviária Federal. Declara que não foi condenado criminalmente, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas e nem possui condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final; administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

O emissor não possui Comitês Estatutários/ Não Estatutários e nem comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Não há existência de relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Identificação: **Fábio Tadeu Marchiori Gama**

C.P.F./C.N.P.J. 117.106.628-75

Cargo/Função: Presidente e Membro Titular do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto/ Controlador Direto

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação

Observação: Fábio Marchiori é Diretor Executivo Financeiro e de Serviços na VLI S.A e Diretor Financeiro e S&C na VLI Multimodal.

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.

C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80

Cargo/Função: Diretor Executivo Financeiro e de Serviços

Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Identificação: VLI MULTIMODAL S.A.

C.P.F./C.N.P.J. 42.276.907/0001-28

Cargo/Função: Diretor de Operações

Tipo de pessoa relacionada: Diretor Financeiro e S&C

Identificação: **Rute Melo Araújo**

C.P.F./C.N.P.J. 192.181.808-51

Cargo/Função: Membro Suplente do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação

Observação: Rute Melo é Diretora Executiva de Gente, Inovação e Sustentabilidade na VLI S.A

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.
C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80
Cargo/Função: Diretor de Gente, Inovação e Sustentabilidade
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Identificação: **Nicolas Rodolfo Leon Szwako**
C.P.F./C.N.P.J. 025.150.429-88
Cargo/Função: Membro Titular do Conselho de Administração
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto/ Controlador Direto
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação
Observação: Nicolas Szwako é Diretor de Operações do Corredor Sudeste na VLI S.A

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.
C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80
Cargo/Função: Diretor de Operações do Corredor Sudeste
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Identificação: **Breno Dutra Moreira**
C.P.F./C.N.P.J. 082.481.106-21
Cargo/Função: Membro Suplente do Conselho de Administração
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto/ Controlador Direto
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação
Observação: Breno Dutra é Gerente Geral de Contratos Logísticos na VLI S.A

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.
C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80
Cargo/Função: Gerente Geral de Contratos Logísticos
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Identificação: **Joyce Andrews da Costa**
C.P.F./C.N.P.J. 299.446.688-00
Cargo/Função: Membro Titular do Conselho de Administração
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto/ Controlador Direto
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação
Observação: Joyce Andrews é Diretora Executiva Jurídica e GRC na VLI S.A

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.
C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80
Cargo/Função: Diretora Executiva Jurídica e GRC
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

Identificação: **Paulo Vieira Bogea**
C.P.F./C.N.P.J.005.224.787-27
Cargo/Função: Membro Suplente do Conselho de Administração
Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Subordinação
Observação: Paulo Bogea é Gerente Geral de Operação de Terminais e Porto Centro Leste na VLI S.A.

Pessoa Relacionada:

Identificação: VLI S.A.

C.P.F./C.N.P.J. 12.563.794/0001-80

Cargo/Função: Gerente Geral de Operação de Terminais e Porto Centro Leste

Tipo de pessoa relacionada: Controlador Indireto

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes constam nos itens anteriores.

ANEXO IV

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Item 8 do Formulário de Referência)

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) Órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

(iii) Frequência e forma que o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

c. Composição da remuneração

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

A remuneração global dos Administradores é definida anualmente em Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

• Objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia na remuneração de seus administradores.

• Proporção da remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%

Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%

Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

• Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não existe uma metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

• Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há qualquer influência de indicadores de desempenho da Companhia na remuneração dos administradores.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

(iii) Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa

mensal, portanto, a remuneração suportada pela controladora indireta, a VLI S.A, ou sua controlada, a VLI MULTIMODAL S/A, estão descritos nos termos do Item 8.19 deste Formulário de Referência.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Até 31 de dezembro de 2022, não houve qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 - Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	15.768,00	0,00	0,00	15.768,00
Salário ou pró-labore	15.768,00	0,00	0,00	15.768,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	15.768,00	0,00	0,00	15.768,00
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO			

	CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.			
--	----------------------------------	--	--	--

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,33	4,83	0,00	9,17
Nº de membros remunerados	0,92	0,00	0,00	0,92
Remuneração Fixa Anual	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Salário ou pró-labore	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.			

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,50	5,00	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Salário ou pró-labore	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67

Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.			

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	5,17	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	12.534,00	0,00	0,00	12.534,00
Salário ou pró-labore	12.534,00	0,00	0,00	12.534,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-

Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	12.534,00	0,00	0,00	12.534,00
Observações	Conforme Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR /CVM/SEP/ N°01/2021.			

Nota: os valores acima estão apresentados pelo regime de caixa.

8.3 - Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.4 - Remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.6 - Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.7 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.9 - Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.10 - Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.11 - Ações entregues nos 3 últimos exercícios sociais relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.13 - Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

8.14 - Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária planos de previdência privada pois os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Valores anuais:

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	4,33	4,50	4,83	4,83	5,00	5,17	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,92	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (R\$)	14.544,00	12.136,67	12.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (R\$)	14.544,00	12.136,67	12.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (R\$)	14.544,00	12.136,67	12.534,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: os valores acima estão apresentados pelo regime de caixa.

Observações:

Conselho de Administração	
31/12/2022	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Ademilson Adailzo da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2022, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2021	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva e Sr. Ademilson Adailzo da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2021, fizeram jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceram o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2020	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2020, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
31/12/2021	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
31/12/2020	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com seus Administradores arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo, que não os descritos neste Formulário de Referência.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente ao conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal (quando instalado) que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de remuneração para os Administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia e suas Controladas por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em razão da função que ocupam na Companhia, que tenha sido reconhecido no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal.

Entretanto, os demais membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, portanto, nos 3 (três) últimos exercícios sociais as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes conforme apresentado na tabela consolidada abaixo:

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2022				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	17.682.187,70	18.817.890,85	0,00	36.500.078,55
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.682.187,70	18.817.890,85	0,00	36.500.078,55

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2021				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	10.446.848,87	11.200.588,55	0,00	21.647.437,42
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.446.848,87	11.200.588,55	0,00	21.647.437,42

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
---	--	--	--	--

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	2.681.825,52	11.788.038,97	0,00	14.469.864,49
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.681.825,52	11.788.038,97	0,00	14.469.864,49

Nota: os valores acima estão apresentados pelo regime de caixa.

8.20 - Outras informações que a Companhia julgue relevantes

A Companhia não possui outras informações relevantes a declarar neste formulário.